

Veiga, Carlos Veloso da – A (re)construção da deficiência no imaginário juvenil. O sistema de representações...
Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto
Número temático: Lógicas de desenvolvimento social inclusivo e sustentável, 2013, pág. 37-60

A (re)construção da deficiência no imaginário juvenil. O sistema de representações de jovens estudantes do 3º ciclo do Ensino Básico

Carlos Veloso da Veiga¹
Universidade do Minho

Resumo

Neste artigo apresentam-se e discutem-se resultados de uma investigação realizada com uma amostra de 1134 jovens estudantes do ensino básico, de ambos os sexos, com idades entre os 15 e os 19 anos, pertencentes a 5 escolas de um concelho do Norte de Portugal. Identificam-se ainda as categorias que compõem o sistema de representações sociais dos jovens sobre a deficiência e o seu peso nesse sistema. Os resultados sugerem a existência de um sistema composto por representações centrais e periféricas. Na sua construção predominam imagens de sentido tendencialmente negativo. Isso indica que é necessário desenvolver políticas educativas e práticas formativas que apoiem o processo de construção da sociedade inclusiva.

Palavras-chave: deficiência; imagens; atitudes; representações sociais.

Abstract

The (re)construction of disability in juvenile imagination. System of representations of young students from the secondary education

In this paper we present and discuss results from a research study done on a sample of 1134 young students from secondary education, of both genders, aged between 12 and 19 years, enrolled in 5 schools located in the North of Portugal. We identified the categories that compose the system of social representations on disability, and their respective weight in this system. The results suggest a system composed of central and peripheral representations. This shows that in the representations of young students predominates a trend to associate disability with a negative connotations. This indicates the necessity to develop educational policies and training to support the process of building an inclusive society.

Keywords: disabilities; images; attitudes; social representations.

¹ Departamento de Sociologia e Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade da Universidade do Minho (Braga, Portugal). Endereço de correspondência: Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, Campus de Gualtar, 4710-057 Braga, Portugal. E-mail: cveiga@ics.uminho.pt

Résumé | *La (re)construction du handicap dans l'imaginaire juvénile. Le système de représentations de jeunes étudiants du secondaire*

Dans cet article nous présentons et discutons les résultats d'une enquête réalisée à partir d'un échantillon de 1134 jeunes élèves des écoles secondaires, des deux sexes, âgés de 12 à 19 ans, appartenant à 5 écoles situées dans la région du Nord du Portugal. Nous avons identifié les catégories qui composent le système de représentations sociales des jeunes sur le handicap et leur poids dans ce système. Les résultats suggèrent l'existence d'un système composé de représentations centrales et périphériques. Dans sa construction tendent à prédominer des images avec un sens négatif. Cela indique la nécessité de développer des politiques éducatives et des pratiques de formation qui supportent le processus de construction d'une société inclusive.

Mots-clés: handicap; images; attitudes; représentations sociales.

Resumen | *La (re)construcción de la discapacidad en el imaginario juvenil. El sistema de representaciones de jóvenes estudiantes de secundaria*

En este artículo presentamos y discutimos los resultados de una investigación sobre una muestra de 1134 jóvenes estudiantes de secundaria, de ambos sexos, con edades comprendidas entre 12 y 19 años, pertenecientes a cinco escuelas en un condado del norte de Portugal. Se identificaron las categorías que componen el sistema de representaciones sociales de los jóvenes sobre la discapacidad y su peso en este sistema. Los resultados sugieren la existencia de un sistema compuesto de representaciones centrales y periféricas. En su construcción tienden a predominar las imágenes con sentido negativo. Esto indica que es necesario el desarrollo de políticas educativas y prácticas de formación que apoyen el proceso de construcción de una sociedad inclusiva.

Palabras clave: discapacidad; imágenes; actitudes; representaciones sociales.

Introdução

Nos últimos trinta anos deu-se, em Portugal e um pouco por todo o mundo, um grande impulso às políticas e às práticas de reabilitação e inclusão social das pessoas com deficiência. Apesar das barreiras físicas e sociais que lhes criam dificuldades, é notório que dispõem de melhores condições políticas, jurídicas e sociais para fazerem valer o seu direito à igualdade de oportunidades na escola, no emprego, na vida comunitária e no acesso aos bens disponíveis ou de participação em diversos tempos e espaços das mais variadas atividades da vida quotidiana.

Ainda que assim seja, a verdade é que a plenitude da inclusão social das pessoas com deficiência apenas acontecerá quando interagirem com os restantes membros das suas comunidades, sem serem representadas negativamente, com base em mitos, estereótipos e preconceitos relacionados com a sua deficiência. Essa mudança dependerá, em boa medida, de as novas gerações deixarem de contribuir para a reprodução social dessas representações.

Na verdade, os comportamentos, as opiniões e as atitudes negativas dos atores sociais para com as pessoas com deficiência (social e individualmente, visíveis ou não), que resultam das representações sociais negativas, são fortíssimas barreiras à construção da sociedade inclusiva. Promover a inclusão social das pessoas com deficiência exige agir sobre essas representações sociais e sobre os seus mecanismos de criação e transmissão.

A investigação que deu origem a este artigo teve como questão de partida conhecer e compreender como se estruturam as representações sociais dos jovens estudantes sobre a deficiência e qual o peso das diferentes categorias no sistema de representações que formam. Realizou-se no pressuposto de ser necessário gerar conhecimento científico capaz de orientar as decisões políticas e as práticas no domínio da educação dos jovens para promover a sua adesão aos princípios da inclusão e da participação social das pessoas com deficiência, delinear modelos teóricos mais gerais sobre a relação da sociedade com a deficiência e perspetivar formas de consciencialização social.

É nossa convicção que via conhecimento científico será possível encontrar formas de modificar as visões negativas dos jovens e reforçar as que se apresentem com sentido positivo, através de programas de educação capazes de os preparar para lidarem com a deficiência com base nos princípios e nas boas práticas próprias da sociedade inclusiva. É nesse sentido que aponta o princípio do *mainstream*, seja no que respeita à inclusão de jovens com deficiência nas escolas públicas, à colocação dos adultos no mercado de trabalho ou à participação de todos no seio das comunidades onde vivem e residem.

Além disso, como o campo da deficiência, enquanto campo de investigação das ciências sociais, em particular da sociologia, se encontra em clara evolução, nele tem lugar o estudo das representações sociais enquanto forma de esclarecer, compreender e

explicar a condição da deficiência e a situação das pessoas com deficiência no mundo social.

1. As representações sociais da deficiência

Principal objeto de análise de autores como Serge Moscovici (1976, 1989), Jean-Claude Abric (1994, 2007), Denise Jodelet (1986, 1995), Doise (1990), as representações sociais estão em contínuo processo de construção social. Segundo Diaz e Malpica, “São mais consideradas como uma categoria dinâmica em permanente construção. Apenas se configuram como produtos mentais, mas que se perfilam como simbologias que se constroem, criam e recriam na interação social” (Diaz e Malpica, 2002: 159). Portanto, respeitam à forma como os atores sociais apreendem os acontecimentos do seu quotidiano, filtram as informações que circulam e apreciam as pessoas que estão perto ou longe do seu meio envolvente. Retratam o conhecimento ingênuo, espontâneo, que os cientistas sociais classificam como “senso comum”, por oposição ao “pensamento científico”.

Nesse incessante processo, a “realidade” da deficiência é construída com base nas representações resultantes da forma como a vivemos, experimentamos e sentimos no decurso da vida quotidiana, interpretando-a à luz da nossa herança cultural e da forma como nos é transmitida pelos processos de socialização (Puig de la Bellacasa, 1987; Casado, 1991).

Ao longo da história da humanidade foram construídos diversos sistemas de representações sobre a deficiência, variando a sua composição com as mudanças sociais, as trocas culturais e os avanços tecnológicos, culturais e sociais. Embora não seja objetivo deste artigo, alguns estudos mostram que, na atualidade, as representações sobre a deficiência tendem a variar segundo o tamanho da comunidade (Flaskerud e Kviz, 1983), o tipo de organização da escola frequentada (Bunch e Valeo, 2004), o grau de ensino frequentado, o sexo ou a idade (Royal e Roberts, 1987; Darrow e Johnson, 1994), a etnia de pertença (Westbrook, Legge e Pennay, 1993), a área de residência (Palmer, Redinius e Tervo, 2000) e outras variáveis. Na realidade, mesmo existindo um fundo comum de expectativas, de interesses e de apreensões tomadas em consideração e cultivadas ao longo da vida, as experiências dos atores perante a deficiência, as suas aspirações, as suas convicções políticas e religiosas, o grau de abertura à diversidade da

condição humana e social, o seu interesse pelos problemas sociais, a idade, o sexo, podem fazer variar as suas representações.

Jean-Sebastian Morvan (1987) identificou cinco tipos de representações sociais sobre a deficiência: 1) as que sustentam e são sustentadas pelos conceitos que classificam as deficiências; 2) as que são fonte de exclusão, rejeições e recusa das diferenças; 3) as que associam a deficiência às próteses técnicas, humanas, físicas ou institucionais; 4) as que reduzem a deficiência aos efeitos do sofrimento; 5) as que infantilizam as pessoas com deficiência, assemelhando-as a crianças. De certa maneira, as representações são geradas por imagens complexas e multicategoriais das pessoas com deficiência de que aquele autor identifica cinco tipos: as imagens semiológica, da figura portadora, a secundária, a afetiva e a relacional.

As representações sociais de sentido negativo têm muita importância na criação das barreiras atitudinais, conforme vem sendo revelado por diversos autores. No campo educacional, os trabalhos de Altman (1981), Coates (1989), Barton (1993), Stoler (1992), Bender, Vail e Scott (1995), mostram que as atitudes dos professores e dos educadores para com os alunos com deficiência são fatores determinantes para o sucesso ou insucesso da sua inclusão na escola regular. Na verdade, as barreiras atitudinais permanecem um dos fatores determinantes nas dificuldades ou facilidades sentidas nos processos de inclusão dos jovens com deficiência no sistema educativo (Bunch e Valeo, 2004; Rosenthal, Chan e Livneh, 2006). Também, e apesar dos avanços legislativos, as atitudes negativas que levam à discriminação no local de trabalho, identificadas por autores como Lebed (1985), Byrd e Elliott (1988), Livneh (1991) e Shapiro (1994), persistem e continuam a ser um sério problema para as pessoas com deficiência, como mostram as investigações realizadas por Antonak e Livneh (2000), Brostrand (2006), White, Jackson e Gordon (2006) e Longoria e Marini (2006). Também recentemente, Bert Massie (2006) referiu que as atitudes continuam a ser a principal barreira à participação das pessoas com deficiência. Igualmente, em Chen, Brodwin, Cardoso e Chan (2002), Nowicki (2006), White, Jackson e Gordon (2006), Rosenthal, Chan e Livneh (2006), refere-se que as atitudes sociais impedem as pessoas com deficiência de se incluírem socialmente de forma plena, sentindo que é o que mais negativamente afeta as suas vidas.

Conforme Shapiro (2000), e a despeito dos avanços legislativos preconizando a sociedade inclusiva, mitos, estereótipos e preconceitos herdados do passado, continuam

a contribuir para a formação de representações baseadas em imagens que não desembocam apenas em atitudes negativas, também provocam comportamentos e opiniões do mesmo tipo. Contudo, também existem algumas evidências de que as atitudes estão a modificar-se em sentido positivo. Por exemplo, Grewal *et al.* (2002), Molloy, Knigh e Woodfield (2003) apontam para uma melhoria geral da situação social e das oportunidades das pessoas com deficiência nas últimas décadas, ainda que as barreiras atitudinais permaneçam estruturalmente cativas.

De um modo geral, as atitudes negativas levam à adoção de comportamentos de rejeição e a manter níveis adequados de distância social para pessoas com deficiência (Olkin e Howson, 1994; White, Jackson e Gordon, 2006). É, aliás, fácil testemunhar a força das representações sociais. Basta observar uma trivial situação de interação entre pessoas *normais* e pessoas com deficiência. O confronto com a não normalidade é perturbador, causa angústia e desequilibra a relação dado que representam “uma ameaça para as convenções sobre as quais vivemos e sobre as quais é construída a nossa identidade” (Labregère, 1989: 27).

Atualmente, um dos problemas no estudo das representações sociais da deficiência reside no chamado efeito de desejabilidade social que os entrevistados ou inquiridos podem dar às suas respostas. De facto, verbalizar o que se pensa sobre a deficiência pode ser contaminado pela influência do que é socialmente aceitável dizer, não tendo correspondência sobre qual será o comportamento efetivo aquando do confronto com a realidade da deficiência. Alguns autores que se debruçaram sobre o impacto das representações sociais na vida das pessoas com deficiência, constataram que os termos usados para as denominar foram evoluindo no sentido de se tornarem mais “polidos” e “socialmente corretos” (Decca, 2011; Moscoso, 2010). Na verdade tem havido uma diminuição do uso de termos depreciativos como aleijados, mutilados, inválidos, idiotas ou tolos, que foram substituídos por versões mais “suaves”, como deficientes, incapacitados, diminuídos, pessoas portadoras ou com deficiência. Demétrio Casado (1991: 45), ao comentar o conteúdo dos cartazes publicitários sobre a deficiência mental que, invariavelmente, trazem a figura de um sujeito com Síndrome de Down, preferencialmente sorrindo, afirma que as versões doces das situações de deficiência servem para aliviar o temor e o rechaço que a mesma inspira. Por um lado, podem ser interpretadas como uma forma de os atores sociais se protegerem da angústia que decorre do risco do que é visto como um mal a evitar a todo o custo. Por outro lado,

permitem a aceitação das pessoas deficiência por parte de uma sociedade tradicionalmente pouco predisposta a incluir a deficiência.

2. Procedimento metodológico

2.1 Formação e caracterização da amostra

Os dados usados no estudo que permitiu a feitura deste artigo foram obtidos através da aplicação de um inquérito por questionário a uma amostra de jovens estudantes de cinco escolas básicas de um concelho do Norte de Portugal, do distrito de Braga. Essa amostra foi constituída por 1134 alunos de todas as turmas dos 7º, 8º e 9º ano de escolaridade. Tratou-se de uma amostragem obtida por conveniência, que teve como critério a aceitação voluntária dos estudantes para se proceder à sua aplicação, procurando-se incluir o máximo de estudantes que fosse possível. Nesse sentido, o espaço educativo área de projeto foi mobilizado, tendo-se contado com o apoio das direções das escolas, dos diretores de turmas e dos respetivos professores. A adesão dos estudantes foi superior 90%, existindo uma elevada correspondência entre a amostra e a potencial população amostrável.

A maioria dos estudantes da amostra pertence ao sexo feminino (53,8%) e têm idades compreendidas entre os 12 e os 19 anos, em acordo com os limites etários para a frequência dos anos de escolaridade relativos ao 3º ciclo do ensino básico. A distribuição segundo os anos de escolaridade está equilibrada em termos percentuais, sobressaindo o facto de o 8º ano de escolaridade ser o mais representado (37,7%).

Os estudantes da amostra pertencem maioritariamente a famílias de médio e de baixo estatuto socioeconómico se considerarmos os níveis de escolaridade de pais e mães e as profissões desempenhadas pelos referidos progenitores. Os dados permitem verificar que, nos casos dos pais, 79,2% dos mesmos não possuem mais do que seis anos de escolaridade e que 78,5% das mães se encontram exatamente na mesma situação escolar. De acordo com a análise de conteúdo e a classificação das profissões por níveis de estatuto socioeconómico usando a escala de *Warner*, apesar das dificuldades classificatórias, verifica-se que predominam as profissões desqualificadas (níveis IV e V) e fracamente remuneradas. Estas representam 79,7% no caso dos pais e 84,3% no caso das mães. As mais representativas para os pais são: os agricultores, camionistas, carpinteiros, comerciantes, operários da construção civil, eletricitas,

microempresários e estucadores. No caso das mães predominam: domésticas, auxiliares (educação, médica), comerciantes, costureiras, operárias (em especial da indústria têxtil) e as professoras. De notar que não existem progenitores com profissões de topo classificáveis pelo nível I da referida escala de *Warner*.

Devido às características do concelho de pertença das escolas o peso dos residentes em meio urbano (16,7%) e semiurbano (7,9%) é relativamente baixo, predominando os estudantes que residem em meio rural (75,4%).

2.2 Identificação do sistema de representações

Na perspetiva dramaturgic de Morvan (1987: 59), a formação das representações sobre a deficiência é como uma cena de peça de teatro que se desenrola no interior dos sujeitos. A sua estrutura vem à superfície através das palavras ditas a seu respeito e pela forma como as mesmas se combinam. Assim, uma das formas de colher as representações sociais da deficiência será através das imagens interiorizadas do que é uma pessoa com deficiência revelada por intermédio das palavras que a expressam. Trata-se de reconhecer que as palavras usadas expressam as representações que sobre a deficiência se produzem e se reproduzem socialmente. Encontrar tais palavras não exige grande esforço mental que, por serem apropriadas, permitem identificar as disposições profundamente incorporadas sobre a condição social da deficiência e das regras que a sustentam. Ou seja, as representações da deficiência expressas discursivamente com recurso a imagens ou conceitos são construídas social e culturalmente. São uma construção social da realidade, um fenómeno que vai do sujeito para o mundo social e do mundo social para o sujeito (Berger e Luckman, 1999).

Para identificar o sistema das representações solicitou-se aos jovens estudantes que escrevessem, por ordem, três palavras para definir pessoa com deficiência. E, para organizar o *corpus* formado pelo conjunto das palavras usadas pelos inquiridos, partiu-se do pressuposto que um discurso “não é uma realidade evidente, um objecto concreto que se abre à intuição, mas o resultado de uma construção” (Maingueneau, 1989: 7). Tal como outras esferas da vida social que estão relacionadas com a linguagem, também os vocábulos usados para qualificar a deficiência, podem permitir (re)construir objetivamente o sistema de representações que a caracterizam. Portanto, as palavras usadas são reações que revelam as imagens sociais de quem as profere acerca da realidade da deficiência e do lugar das pessoas com deficiência nas relações sociais e na

vida quotidiana, isto é, na interação entre a “anormalidade” e a “normalidade” (Benveniste, 1987: 88). Sendo a formação das representações fortemente tributária da imagem social (Moliner, 1996), importa referir que a mesma é uma criação icónica, simplificada e estereotipada. Através de uma série de atributos a imagem representa uma parte ou o discurso social completo que um dado meio sociocultural realiza com respeito a uma dada realidade social (Robledo e Younis, 1994). Ainda, segundo Moscovici (1976), a imagem social dá conta das duas faces inseparáveis da representação social: a figurativa e a simbólica. Ou seja, as imagens sociais têm implícitas a transmissão de uma série de atributos e de estereótipos relacionados. Constroem-se tanto nos *media* como na própria realidade, por via das criações culturais, mas também a partir de experiências ou vivências pessoais.

Depois de analisadas no seu conteúdo as palavras do *corpus* deram origem à construção de oito grandes categorias de representação da deficiência, a saber: 1) a deficiência como incapacidade individual; 2) a deficiência como fator de discriminação social; 3) a deficiência como produtora de laços sociais e solidariedade; 4) a deficiência como condição sub-humana; 5) a deficiência como fator de segregação e solidão; 6) a deficiência como esforço e superação; 7) a deficiência como produtora de sentimentos de caridade e de piedade; 8) a deficiência como produtora de doença, fatalidade e sofrimento (cf. quadro 1).

Quadro 1 – Distribuição percentual das categorias de representação construídas e das não respostas, segunda a ordem das palavras (%)

Categorias de representação da deficiência	1ª palavra	2ª palavra	3ª palavra	Total das palavras
Como incapacidade individual	30,8	25,0	23,3	26,7
Como produtora de sentimentos de caridade e de piedade	26,2	23,2	18,4	23,0
Como condição sub-humana	14,8	13,6	14,9	14,5
Como fator de discriminação social	11,3	15,1	14,4	13,4
Como produtora de laços sociais e solidariedade	4,1	7,4	13,6	7,8
Como doença, fatalismo e sofrimento	7,2	8,1	6,4	7,3
Como fonte de esforço e superação	3,6	5,7	6,1	5,0
Como fator de segregação e solidão	2,0	2,0	2,9	2,3
Total	100,0	100,0	100,0	100,0
Não respostas	22,0	33,2	45,0	-

Antes de mais, deve destacar-se o facto de cerca de um em cada cinco jovens estudantes (22%) não ter conseguido encontrar uma única palavra para definir deficiência. Este percentual, que já espelha bem as dificuldades dos jovens em definir deficiência usando apenas uma palavra, cresceu bastante na passagem à segunda palavra (33,2%) e mais ainda aquando do pedido de uma terceira palavra (45%). O peso das não respostas parece mostrar que os jovens, no seu processo de socialização, foram pouco confrontados com a realidade da deficiência, a ponto de não terem suficiente *stock* de imagens organizadoras para definirem deficiência usando as suas próprias palavras.

De acordo com Moscovici (1989), os sistemas de representações sociais são compostos por dois tipos de elementos: os que formam o núcleo central e os elementos periféricos. Os elementos do núcleo central denunciam o sistema e os elementos periféricos estabelecem a ligação entre o núcleo e a realidade. Seguindo Celso Sá (1996), em função das suas características, o núcleo central: 1) está marcado pela memória coletiva, refletindo as condições sociohistóricas e os valores do grupo; 2) constitui uma base comum, consensual, coletivamente partilhada das representações, definindo a homogeneidade do grupo social; 3) é estável, coerente, resistente à mudança, assegurando assim a continuidade e a permanência da representação; 4) é relativamente pouco sensível ao contexto social e material imediato no qual a representação se manifesta. As suas funções são gerar o significado básico da representação e determinar a organização global de todos os elementos. Por sua vez, os elementos periféricos, que fazem a “interface entre a realidade concreta e o sistema central” (Abric, 1994: 79), atualizam e contextualizam as determinações normativas consensuais deste último, daí resultando a mobilidade, a flexibilidade e a expressão individualizada das representações. Em termos periféricos, o sistema: 1) permite a integração das experiências e histórias individuais; 2) suporta a heterogeneidade do grupo e as suas contradições; 3) é evolutivo e sensível ao contexto imediato. As suas funções consistem, em termos atuais e quotidianos, na adaptação à realidade concreta e na diferenciação do conteúdo da representação e, em termos históricos, na proteção do sistema central.

Assim sendo, e considerando o peso e a ordem de importância das categorias formadas com recurso às três palavras solicitadas, percebe-se que os jovens estudantes representam a deficiência com base num sistema que se estrutura em torno de quatro grandes categorias (cf. quadro 1). Referimo-nos às categorias em que a deficiência é

representada como: incapacidade individual; produtora de sentimentos de caridade e piedade; condição sub-humana; fator de discriminação social. São os elementos constituintes do núcleo central do sistema de representações. As restantes categorias, de menor peso percentual, podem ser consideradas os elementos periféricos do sistema de representações, ocupando a sua periferia. De acordo com o peso das categorias periféricas pode considerar-se a existência de uma 1ª e 2ª periferias (cf. quadro 2).

Quadro 2 – Constituição do sistema de representações, elementos do núcleo central e elementos periféricos

Núcleo central	1ª periferia	2ª periferia
A deficiência como incapacidade individual	A deficiência como produtora de laços sociais e solidariedade	A deficiência como fonte de esforço e superação
A deficiência como produtora de sentimentos de caridade e de piedade	A deficiência como produto de doença, fatalismo e sofrimento	A deficiência como fator de segregação e solidão
A deficiência como condição sub-humana		
A deficiência como fator de discriminação social		

3. As categorias do sistema de representações

3.1 As categorias do núcleo central

A principal categoria, que foi adotada por 30,8%, 25% e 23,3% dos alunos nas 1ª, 2ª e 3ª palavras somando um total de 605 registos (26,7%), dá configuração à representação da deficiência como **incapacidade individual**. Congrega as palavras que decorrem de imagens em que deficiência é vista como algo que afeta as pessoas em termos físicos, mentais e sensoriais, podendo essa afetação ter origem congénita ou adquirida após o nascimento, tais como: limitações, dificuldades de audição, cego, surdo, mudo, cerebral, auditiva, físico, mental, motora, visual, dificuldade de deslocação, paralisias, intelectual, trissomia 21, invalidez, problemas, deficiência, deficientes, dificuldades, falta de capacidades, impossibilidade, identificação de pessoa com deficiência conhecida. São palavras que definem a deficiência com base nos diversos tipos de deficiência e nas consequências gerais das mesmas, que se podem inscrever num registo técnico-científico, relativamente neutro e próprio do “modelo

médico-biológico” da deficiência. No seu epicentro está o indivíduo com as suas incapacidades e limitações.

Esta categoria parece significar o triunfo da construção política da deficiência, na medida em que as palavras usadas pelos estudantes podem classificar-se de “socialmente corretas”. Palavras que decorrem de imagens suaves sobre a deficiência e que, em termos sociais, atualmente estão bastante difundidas. Representam, em nosso entendimento, os efeitos do processo educativo que na sociedade portuguesa está ocorrendo sobre a forma “correta” de nos referirmos à deficiência.

Também entraram na construção desta categoria os nomes próprios de alguns sujeitos concretos que são identificados pelos jovens estudantes, mostrando que as representações sobre a deficiência também são influenciadas pelas imagens de pessoas com quem se interage nos espaços físicos e sociais da vida quotidiana. A pessoa nomeada é o símbolo da própria deficiência, o ser diferente visto e reconhecido pelos outros como o deficiente, o estigmatizado, o desacreditado socialmente, cuja identidade deteriorada é a de uma pessoa que se confunde com a própria deficiência. Na prática, os jovens estudantes imaginam essas pessoas como seres infelizes que vivem vidas marcadas pela tragédia pessoal (Abberley, 1987; Barton, 1993), que decorre do facto de lhes faltar o melhor da sua condição humana: funcionalidade física, mental e sensorial.

Portanto, na formação desta categoria entram imagens que se ancoram nos valores da eficácia e da eficiência pessoal, segundo os quais a incapacidade é um drama, uma desgraça e uma aflição individual. A mensagem que dela emana é a de que compete a cada um, e não à sociedade, resolver o seu problema, procurando as intervenções apropriadas para se reabilitar funcionalmente. Em termos culturais, reflete a ideologia que idealiza o corpo como algo objetivado e controlado e que, quando tal não acontece, os indivíduos passam à categoria de seres incapazes ou incompletos.

A segunda categoria foi constituída a partir de palavras que representam a deficiência como **produtora de sentimentos de caridade e de piedade**. Adotada por 26,2%, 23,2% e 18,4% dos estudantes nas 1ª, 2ª e 3ª palavras: ao todo foram usados 522 vocábulos (23%). Reveladora das atitudes e dos sentimentos provenientes da ideologia e da moral da religião cristã, que se podem inserir no “modelo religioso da deficiência”, as palavras dominantes que a compõem são: coitado, coitadinho, caridade, pena, pobrezinho. As palavras usadas parecem mostrar que entre os jovens estudantes estão bastante interiorizadas imagens das pessoas com deficiência como seres passivos, sem

autonomia, de pessoas a quem, por caridade e piedade, se deve proporcionar assistência e olhar com pena e comiseração. Digamos que tais pessoas são tidas como incapazes de decidir, de fazer, de conviver, de se governar e, como tal, dignas de pena e da atenção paternalista e caritativa dos outros. No imaginário dos jovens estudantes, as pessoas com deficiência não são pessoas comuns, sujeitos com direitos e deveres, como pessoas que têm, como tantas outras, potencialidades e dificuldades específicas.

Esta categoria é uma herança do ideário cristão que passou a reconhecer todas as pessoas como filhos de Deus, possuidoras de uma alma e, em consequência, merecedoras do direito à vida e a tratamento caridoso. As suas raízes encontram-se nos primórdios do Cristianismo, onde as práticas de caridade e de bem-fazer se tornaram um chamariz de fiéis e um símbolo de sobrevivência desta religião. Contudo, “o ideário cristão não concedeu autonomia às pessoas com deficiência, antes instituiu a sua dependência face aos outros, pois passaram a ser representadas e consideradas como objetos de caridade, não podendo reclamar e lutar pela sua individualidade e por um estatuto de seres humanos completos. Como consequência tornaram-se veículos perfeitos para o sentimentalismo e para a benevolência dos outros e ‘passaportes’ para que alguns pudessem aspirar à vida eterna” (Veiga, 2006: 124).

A terceira categoria mais importante, adotada por 14,8%, 13,6% e 14,9% dos alunos nas 1ª, 2ª e 3ª palavras, respetivamente, somando um total de 327 vocábulos (14,5%), representa a deficiência como **condição sub-humana**. Baseia-se em imagens onde predominam a etiquetagem simbólica das pessoas com deficiência: aleijado, anormal, atrasado, burro, cadeira de rodas, esquisitice, doido, bobo, aborto, parvo, cegueta, porco, parolo, “surdola”, mal disposto, nojento, mongoloide, tarado, irresponsável, pessoa mal formada, paralítico, estúpido, impaciência, faz asneiras, muletas, desgraçado, palhaço, não sabe o que faz, “mudola”, casmurro, olhos trocados, frágil, falta de respeito, não regula bem, língua de fora, confusão, sem noção da realidade. São palavras que denunciam os preconceitos e os estereótipos que decorrem de atitudes e olhares vexatórios, malévolos, maldizentes, tortuosos, desdenhosos acerca das pessoas com deficiência.

O peso desta categoria constitui um facto de grande relevância social, na medida em que mostra que os processos de socialização continuam a incorporar imagens nefastas para o sucesso da inclusão social das pessoas com deficiência. Esta categoria revela que existem jovens estudantes que denotam absoluto desdém pelas pessoas com

deficiência, focando-se nos aspetos que mais tendem a ostracizar e a desvalorizar a sua presença no seio dos grupos e das comunidades humanas.

Efetivamente, este facto dá razão ao que referimos em Veiga a propósito dos fracos contributos dos avanços civilizacionais, tecnológicos, comunicacionais e jurídicos: “o inválido, o infeliz desfigurado, o ‘anormal’, ou usando um termo da modernidade, as pessoas com deficiência, foram no passado e continuam a ser continuamente recebidas pelos seus familiares e pelo grupo social como erros, como castigos divinos, desprezadas e injuriadas – ou seja, como seres ofendidos pela natureza – como expressão máxima do confronto que estabelecem com as prefigurações idealizadas do ser humano” (Veiga, 2006: 34).

Nesta categoria é notória a influência das personagens oriundas de um certo tipo de cinema que usa como “maus da fita” pessoas que apresentam deformidades físicas e transtornos mentais, tidas como modelos de comportamentos desviantes acentuadamente exagerados, associando deficiência a maldade e violência sobre os outros. Pode considerar-se esta categoria como oriunda de um designado “modelo da monstruosidade” e como face obscura do modelo religioso da deficiência, no qual as incapacidades corporais e mentais são o resultado da intervenção dos maus espíritos, do diabo, das feitiçarias ou da ira divina. Alimenta-se de imagens que fazem da deficiência condição produtora de pessoas com atitudes e comportamentos bizarros ou agressivos, os “anormais”. Como seres eminentemente diabólicos, imbuídos de um natural espírito de perversidade e maldade, capazes de atacar e molestar as pessoas que deles ousarem aproximar-se.

Na verdade, esta categoria reúne as palavras que dão vazão aos preconceitos e aos estereótipos mais sórdidos sobre a deficiência, e que muito contribuem para as atitudes e os comportamentos discriminatórios que impedem ou corrompem as relações interpessoais. Os estudantes que perfilham este tipo de representações mostram sobretudo um elevado desconhecimento da realidade da deficiência. É esse desconhecimento que leva à criação de imagens baseadas em puras emoções ou em mitos e tabus que não dão conta da verdadeira situação e complexidade dessa realidade, mas que contribuem para reproduzir socialmente a ideia de que a personalidade e a competência das pessoas com deficiência devem ser interpretadas à luz da sua “anormalidade”.

No quarto lugar temos a categoria que representa a deficiência como fator de **discriminação social** adotada por 11,3%, 15,1% e 14,4% dos estudantes em função das 1ª, 2ª e 3ª palavras, respetivamente, com um total de 304 palavras (13,4%). Foi formada com base em palavras tais como: afastamento, discriminação, indiferença, exclusão, desrespeito, desvalorização, preconceito, racismo, diferença, inferioridade, privação, rejeição, carência, hipocrisia, pobre, sobrevivência, especiais. São palavras que se podem associar a imagens em que a deficiência é uma condição à margem da sociedade e as pessoas com deficiência são sujeitos não integrados socialmente, sobre os quais recaem as mais diversas formas de exclusão, discriminação, estigmatização e marginalização. As palavras usadas pelos jovens estudantes seguem os preceitos do “modelo social da deficiência”, segundo o qual as pessoas com deficiência vivem numa sociedade opressora e integram um grupo social minoritário, de condição inferior e socialmente oprimido.

Na formação desta categoria parece estar o conhecimento de algumas situações de exclusão social que atingem as pessoas com deficiência. Esse conhecimento parece indicar que os jovens estudantes reconhecem como deficitária a sua participação nos processos sociais de cooperação e competição, numa sociedade que cria padrões de avaliação, designadamente de capacidade produtiva, que estabelecem níveis de exigência e de rigor semelhantes para todos, sem atender à diversidade da condição humana. Mostra também o reconhecimento de a condição da deficiência ser complexa, multifacetada e caracterizada por debilidades biológicas e psicológicas que levam à exclusão, a partir dos critérios de valor dominantes no sistema social. Sistema onde as pessoas com deficiência são sobretudo representadas como incapazes, lentas, fracas, ignorantes e, por isso, estigmatizadas e desvalorizadas socialmente, focando-se a sua avaliação nos atributos depreciativos, sem que quem o faz cuide de averiguar se as supostas debilidades são, de facto, razão para as atitudes e os comportamentos que adotam acerca das mesmas. Uma sociedade que, tal como refere Merton (1992), propõe os objetivos que os atores sociais devem aspirar alcançar e, simultaneamente, impõe e controla os meios legítimos para esse efeito. Uma sociedade cada vez mais urbana, competitiva, superficial e individualista, na qual os sentimentos egocêntricos e os interesses de uma maioria difusa e anónima se sobrepõem amiúde aos da solidariedade e da comunidade.

3.2 As categorias da primeira periferia

Em quinto lugar e integrando a 1ª periferia do sistema de representações está a categoria que representa a deficiência como produtora de **laços sociais e solidariedade**. Foi formada a partir de palavras como: ajuda, atenção, apoio, cuidados, indefesa, apoio, companhia, necessidades, minoridade, compreensão, fraternidade, solidariedade, amizade. A formação desta categoria teve o contributo de 4,1%, 7,4% e 13,6% dos inquiridos, nas 1ª, 2ª e 3ª palavras. Foram usadas ao todo 177 palavras representando 7,8 % do total de palavras recolhidas.

Esta categoria acaba por ser um prolongamento do modelo religioso da deficiência onde domina a matriz cristã dos inquiridos, visível nas palavras que denunciam a benevolência e o altruísmo com que parte dos jovens estudantes olham as pessoas com deficiência. Neste caso, as palavras parecem fundar-se em imagens em que as pessoas com deficiência aparecem em contínuo estado de sofrimento e eterna dependência e comiseração, pessoas a quem é necessário apoiar. Parece, portanto, ser complementar da categoria que expressa os sentimentos e olhares piedosos que visam justificar a existência de pessoas que, por terem uma deficiência, necessitam que os outros se interessem pela sua situação e através da sua ação solidária as apoiem e ajudem a superar ou a minorar as consequências da sua condição. Mostra, ainda, como para alguns estudantes as pessoas com deficiência são, em regra, pessoas dependentes, limitadas e infantilizadas. Em termos práticos, parece influenciada pela ideia de que são frágeis as condições de vida das pessoas com deficiência, no sentido em que as suas vidas, para serem vividas com dignidade, dependem da sua elegibilidade para receber ajuda e compreensão dos outros para com as suas debilidades (caridade, benevolência e altruísmo). Eventualmente, através de processos de institucionalização, políticas públicas compensatórias ou intervenções terapêuticas que as ajudem a suportar as suas tragédias pessoais.

Descortinamos também neste caso a influência dos meios de comunicação social nas imagens que se formam a respeito da deficiência (Barnes, 1992; Duncan, 1992). Sobretudo a partir das apreciações comiserativas que a seu respeito formulam, muitas vezes respondendo a apelos das próprias organizações de reabilitação de e para as pessoas com deficiência. Basta recordarmos as várias campanhas veiculadas na televisão, onde, invariavelmente, a pessoa com deficiência é apresentada ou nos seus aspetos mais limitadores (impotente) ou então nas suas extraordinárias superações

(herói), como estratégia para sensibilizar os telespectadores a dar o seu contributo para a causa da deficiência.

A sexta categoria obtida representa a deficiência como **produtora de doença, fatalismo e sofrimento**. Formou-se a partir de vocábulos como Alzheimer, cancro, depressão, doença, dor, dores crónicas, hospital, sofredores, sofrimento, trauma, risco, SAP, mal tratado, tratamento, maus tratos, hospital, medicamentos. Recolhe a adesão de 7,2%, 8,1 % e 6,4% dos jovens alunos, na 1^a, 2^a e 3^a palavras, respetivamente, com um total de 165 vocábulos (7,3%). Embora possa existir relação entre deficiência e doença, pois existem doenças associadas à deficiência e que dela decorrem, que a provocam ou agravam, esta categoria resume o desconhecimento que leva à confusão que muito comumente se estabelece entre doença e deficiência. Mas sobretudo revela a persistência no sistema social de um certo senso comum que considera certas doenças crónicas ou graves, ou uma condição de saúde abaixo de um dado padrão abstrato de normalidade e a sua eventual persistência no tempo, como sinónimo de deficiência. Portanto, parece notório que no imaginário de alguns jovens estudantes ter uma deficiência é sinónimo de falta de saúde, sofrimento físico, frequência de hospitais e toma de medicação, ou seja, de uma certa degradação e mal-estar no corpo ou na mente.

Na formação desta categoria também entraram palavras como azarento, acidente, problemas genéticos, sem sorte, que sugerem imagens que associam deficiência a uma condição que produz sentimentos que parecem decorrer de um confronto com o desconhecido, do pavor da perda de capacidades e de um lugar entre os outros, de poder vir a ter uma identidade deteriorada, marcada pela incerteza e pela ausência de futuro. A deficiência representada desta forma é como um produto dos acasos da vida e da natureza, que revela que no imaginário dos jovens estudantes ter uma deficiência significa enfrentar o desconhecido, o incerto e o contingente, perder o futuro e viver amedrontado para sempre, como se os jovens se interrogassem sobre si próprios e vissem o seu próprio devir incerto. Esta categoria patenteia o carácter aleatório dos acontecimentos que podem levar as pessoas a nascerem ou a tornarem-se pessoas com deficiência. Acontecimentos e fenómenos que as pessoas não controlam ou para os quais não contribuem, mas que mostram a fragilidade da condição humana, dando prova de que a condição de deficiência está interiorizada como a “metáfora da nossa degenerescência”, tal como refere Besse-Saige (2005: 185). Mas também do reconhecimento de algumas disposições profundamente interiorizadas sobre a

fragilidade e a vulnerabilidade humana que provém da recusa, mais ou menos inconsciente, das pessoas “normais” imaginarem que qualquer uma, elas próprias, podem ficar na situação de deficiência, nos momentos em que recordam as dificuldades e os perigos constantes que enfrentam na vida quotidiana. Digamos que os jovens revelam ter consciência de que a vida de cada um encerra sempre algo de provisório, de precário, e que a perda das capacidades vitais, o envelhecimento e a morte são algo que não se pode ignorar.

3.3 As categorias da segunda periferia

A categoria que representa a deficiência como **fonte de esforço e superação** ocupa o sétimo lugar, mas é a primeira e única que assume um sentido verdadeiramente positivo da condição da deficiência. O seu peso residual levou-nos a incluí-la na 2ª periferia do sistema de representações. Formou-se com base em palavras que dão sentido às imagens que representam a deficiência sobre o signo da inclusão, da capacitação e dos afetos. Foi adotada por 3,6%, 5,7% e 6,1% dos inquiridos em termos de 1ª, 2ª e 3ª palavras, num total de 113 palavras que representam 5% da totalidade das palavras registadas, tais como: admiração, coragem, esforço, heroísmo, força, igualdade, normalidade, orgulho, respeito, simpatia, amizade, amor, capacidade, carinho, sensibilidade, disponibilidade, felicidade, harmonia, humanidade, inteligência, esperteza, afeto, vontade.

Ainda assim, apesar de assentar em imagens afetivas de tipo positivo e assumidamente inclusivas da pessoa com deficiência, na composição desta categoria também se vislumbram imagens das pessoas com deficiência como super-heróis que a despeito da sua condição conseguem viver de uma forma esforçada e fazer coisas que nunca se imaginaria ser possível que fizessem. Digamos que esta categoria também parece fundar-se na ideia de que as pessoas com deficiência devem aceitar e aprender a viver com as suas incapacidades, aproveitando os facilitadores que lhes permitam manter intactas, tanto quanto seja possível, as suas expectativas, desejos e responsabilidades sociais e ultrapassar os fatores sociais, económicos e políticos que lhes criam as mais diversas barreiras.

Nesse sentido, diremos que esta categoria segue o “modelo ecológico da deficiência”, segundo o qual a condição da deficiência deve romper tanto com as visões médico-biológicas como com as visões de uma sociedade estritamente opressora, não

havendo razões para que a existência de limitações funcionais sejam impeditivas de as pessoas alcançarem níveis de participação social e de qualidade de vida semelhantes aos das restantes pessoas. Obviamente contando com uma sociedade organizacional, social e culturalmente preparada para remover ou limitar a ação das barreiras existentes.

A deficiência como fator de **segregação e solidão** constitui a oitava e última categoria de representações dos jovens estudantes, formada com base em palavras referidas por uma reduzida percentagem dos inquiridos, designadamente por 2%, 2% e 2,9%, nas 1^a, 2^a e 3^a, num total de 51 palavras (2,3%).

Para esta categoria concorreram palavras que assemelham deficiência a isolamento, solidão, segregação e institucionalização das pessoas com deficiência: solidão, isolamento, pária, abandono, identificação concreta de uma organização para pessoas com deficiência. Os jovens estudantes socorrem-se de imagens em que a deficiência aparece como uma perda de contacto com o mundo real, ausência de responsabilidades e de controlo sobre a vida privada e os momentos íntimos da vida quotidiana. Imagens que convocam o “modelo institucional da deficiência” ao associarem as organizações especializadas como os lugares adequados para as pessoas com deficiência fazerem a sua vida, como lugares próprios da condição de deficiência, enquanto espaços organizados onde existem profissionais habilitados para se ocuparem destas pessoas. Imagens que veiculam a ideia de que as pessoas institucionalizadas devem ter consciência de que são pessoas com deficiência, sujeitos de atenção especial e “clientes” de programas específicos para a sua reabilitação. Estar na instituição é viver à margem, perder o sentido da realidade da vida quotidiana, suas rotinas e dificuldades correntes, aprender a viver num meio protegido que se substitui à própria responsabilidade familiar, aligeirando-a em situações tão elementares como cuidar da alimentação, do vestuário, da saúde, da mobilidade no território, nos lazeres e tempos livres, etc. Na prática é como se fundissem a deficiência, as pessoas com deficiência e as organizações de reabilitação numa única entidade e com uma identidade comum. Ao convocarem as organizações para representarem a deficiência, os jovens parecem revelar uma tranquila e ingénua consciência pessoal de que as organizações especializadas são o local adequado para colocar as pessoas atingidas pela incapacidade, sobretudo com deficiências de tipo mental ou intelectual. Locais onde, na companhia de outras iguais, estarão protegidas e sob a vigilância de profissionais capazes de as

orientarem nas suas escolhas, nos seus desejos e na forma de organização da vida quotidiana.

Ainda que atuais organizações para a deficiência já tenham perdido parte as características que levaram Goffman (1974) a defini-las como instituições totais, continuam válidos os argumentos de que estar numa instituição deste tipo é estar fora da sociedade e ter de adotar estilos de vida consonantes com o estatuto de pessoa institucionalizada. Portanto, a institucionalização permanece como o maior inimigo da participação e da inclusão social, pois, por mais ligeira que possa parecer, continua a caracterizar-se pela retirada das pessoas com deficiência das comunidades e das suas famílias. Provavelmente os jovens estudantes que prescrevem a segregação e a institucionalização das pessoas com deficiência são influenciados por discursos comuns, tais como os que se referem em Veiga, “os deficientes não são como nós; não são iguais a nós; não têm as mesmas capacidades; não se podem juntar com os outros para a realização de tarefas ou atividades, pois apenas vão complicar as coisas (...) não deve, nem pode, esperar-se que os deficientes possam trabalhar ou competir com as pessoas normais” (Veiga, 2006: 141). Discursos que legitimam a marginalização das pessoas com deficiência, consideradas como seres inferiores que, em regra, não devem misturar-se com as pessoas “normais”.

Notas finais

Tal como sugere Serge Ebersold (1990), entre os jovens estudantes não existe uma representação acabada da deficiência, mas um sistema composto de representações “centrais e periféricas”. Parece evidente, quando usamos a palavra escrita como motor de apresentação das imagens com que essas representações são construídas, que o sistema de representações sociais perfilhados pelos jovens estudantes assentam em imagens que tendencialmente espelham opiniões e atitudes negativas para com a deficiência. O peso das categorias que formam o núcleo central do sistema identificado parece contrariar a ideia de que as representações de sentido negativo estão a esbater-se e que as políticas sociais públicas e o desenvolvimento científico e tecnológico têm permitido melhorar a situação das pessoas com deficiência.

O conhecimento extraído parece apontar para a importância de intervir junto dos jovens estudantes no sentido de erradicar o conhecimento de senso comum que impede a formação de imagens inclusivas das pessoas com deficiência. Sem essa intervenção

formativa e socializadora poderá estar em causa o esforço das políticas sociais que tanto Portugal como a União Europeia desenvolvem com vista à inclusão das pessoas com deficiência na sociedade.

Nesse sentido, esperamos que este artigo permita apoiar os agentes políticos e organizacionais a delinear estratégias preventivas e pró-ativas no sentido de levar os jovens a mudarem as imagens preconceituosas e estereotipadas com que constroem as suas representações sobre a deficiência. Acreditamos que será possível essa mudança aliando o conhecimento científico à força pedagógica, normativa e ética do valor da inclusão social e da aceitação da deficiência, enquanto condição a que a humanidade está permanentemente sujeita. Acreditamos que a incorporação da diferença é possível na medida em que os atores sociais são agentes dotados de capacidade de agir de modo não mecânico ou não estritamente racional, com capacidade de iniciativa e de escolha, atores capazes de se distanciarem do socialmente instituído.

Referências bibliográficas

- ABBERLEY, P. (1987), “The concept of oppression and the development of social theory of disability”, in *Disability, Handicap and Society*, 2 (1), pp. 5-20.
- ABRIC, J.-C., (1994), *Pratiques sociales et représentations*, Paris, Presses Universitaires de France.
- (2007), “La recherche du noyau central et de la zone muette des représentations sociales”, in J.-C. Abric (Dir.), *Méthodes d'étude des représentations sociales*, Érès, Ramonville-Saint-Agne, pp. 59-80.
- ALTMAN, B. M. (1981), “Studies of attitudes toward the handicapped: The need for a new direction”, in *Social Problems*, 28, pp. 321-337.
- ANTONAK, R. F.; LIVNEH, H. (2000), “Measurement of attitudes towards persons with disabilities”, in *Disability and Rehabilitation*, 22, pp. 211-224.
- BARNES, C. (1992), *Disabling imagery and the media: an exploration of the principles for media representations of disabled people*, Halifax, Ryburn Book Production.
- BARTON, L. (1993), “The struggle for citizenship: the case of disabled people”, in *Disability, Handicap and Society*, 8 (3), pp. 235-248.
- BENDER, W. N.; VAIL, C. O.; SCOTT, K. (1995), “Teachers' attitudes to increased mainstreaming: Implementing effective instruction for students with learning disabilities”, in *Journal of Learning Disabilities*, 28, pp. 87-94.

- BENVENISTE, E. (1986), “El aparato formal de la enunciación”, in Emile Benveniste, *Problemas de Lingüística General II*, Madrid, Siglo XXI, pp. 82-94.
- BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. (1999), *A Construção Social da Realidade. Um livro sobre a sociologia do conhecimento*, Lisboa, Dinalivro.
- BESSE-SAIGE, B. (2005), “Transformer le handicap en moteur”, in Charles Gardou et al. (Org.), *Naître ou Devenir Handicapé. Le Handicap en visages 1*, Toulouse, Erès, pp. 181-194.
- BROSTRAND, H. L. (2006), “Tilting at Windmills: Changing Attitudes towards people with Disabilities”, in *Journal of Rehabilitation*, 72 (1), pp. 4-9.
- BUNCH, G.; VALEO, A. (2004), “Students attitudes toward peers with disabilities in inclusive and special education schools”, in *Disability & Society*, 19 (1), pp. 61-76.
- BYRD, E. K.; ELLIOTT, T. R. (1988), “Media and Disability: a discussion of research”, in H. E. Yunker (Ed.), *Attitudes toward persons with disabilities*, New York, Springer, pp. 82-95.
- CASADO, D. (1991), *Panorámica de la discapacidad*, Barcelona, INTRESS.
- CHEN, R. K.; BRODWIN, M. G.; CARDOSO, E.; CHAN, F. (2002), “Attitudes towards people with disabilities in the social context of dating and marriage: A comparison of American, Taiwanese and Singaporean college students”, in *The Journal of Rehabilitation*, 68, pp. 5-11.
- COATES, R. D. (1989), “The Regular Education Initiative and opinions of regular classroom teachers”, in *Journal of Learning Disabilities*, 22, pp. 532-536.
- DARROW, A.; JOHNSON, C. M. (1994), “Junior and senior high school music students attitudes toward individuals with a disability”, in *Journal of Music Therapy*, 31, pp. 266-279.
- DECCA, L. I. (2011), “Discursos sobre la discapacidad. Construcción del sujeto y las prácticas en APADIM Córdoba”, in *Memorias de las XV Jornadas Nacionales de Investigadores en Comunicación: Recorridos de Comunicación e Cultura. Repensando Prácticas y Procesos*, 15, 16 y 17 de septiembre de 2011, Córdoba, Red Nacional de Investigadores en Comunicación, [Consultado em Maio de 2012]. Disponível em: www.redcomunicacion.org.
- DIAZ, J. E.; MALPICA, C. R. (2002) “Representaciones sociales de la discapacidad. Estudio de opinión en universitarios de las ciencias de la salud de la Universidad de Carabobo”, in *Investigación en Salud*, 8 (3), pp. 158-164.
- DOISE, W. (1990), “Les représentations sociales”, in R. Ghiglione, C. Bonne e J.-F. Richard (Eds.), *Traité de Psychologie Cognitive*, vol. 3, Paris, Dunot, pp. 113-174.
- DUNCAN, B. (1989), “Una década de cambio. La imagen de las personas con discapacidad en los medios de comunicación durante los años 80”, in *Boletín del Real Patronato de Prevención y Atención a Personas con Minusvalía*, 14, 3ª edición, Madrid, Real Patronato de Prevención y Atención a Personas con Minusvalía, pp. 7-19.
- EBERSOLD, S. (1990), *L'invention du handicap. La normalisation de l'infirmes*, Paris, Éditions C.T.N.E.R.H.I.

- FLASKERUD, J. H.; KVIZ, F. J. (1983), "Rural attitudes and knowledge or mental illness and treatment resources", in *Hospital and Community Psychiatry*, 34, pp. 229-233.
- GOFFMAN, E. (1974), *Manicômios, prisões e conventos*, São Paulo, Perspectiva.
- GREWAL, L. et al., (2002), *Disabled for Life? Attitudes towards and experiences of Disability in Britain Leeds*, Department for Work and Pensions: Research Report n° 173, Leeds, CDS.
- JODELET, D. (1986), "La representación social: fenómenos, concepto y teoría", in Serge Moscovici (Eds.), *Psicología Social*, Barcelona, Paidós, pp. 469-494.
- (1995), *Les Représentations Sociales*, Paris, PUF.
- LABREGERE, A. (1989), *L'insertion des Personnes Handicapées*, Paris, La Documentation Française.
- LEBED, H. (1985), "Employing the disabled is good for business", in *Industry Week*, Oct. 28, pp. 14-17.
- LIVNEH, H. (1991), "On the origins of negative attitudes toward people with disabilities", in R.P. Marinelli e A. E. Dell Orto (Eds.), *The psychological and social impact of disability*, New York, Springer, pp. 181-196.
- LONGORIA, L.; MARINI, I. (2006), "Perceptions of children's attitudes towards peers with a severe physical disability", in *Journal of Rehabilitation*, 72 (3), pp. 19-25.
- MAINGUENEAU, D. (1989), *Introducción a los métodos del análisis del discurso*, Buenos Aires, Colección Hachette Universidad.
- MASSIE, B. (2006), "Participation – have we got an attitude problem?", Paper presented in the *NDA 5th Annual Conference Civic, Cultural and Social Participation: Building an Inclusive Society*, Dublin, November 16. [Consultado em Maio de 2012]. Disponível em: [http://www.nda.ie/cntmgmtnew.nsf/0/5A19C972AF5A7B93802571E60052A06B/\\$File/conf20064.html](http://www.nda.ie/cntmgmtnew.nsf/0/5A19C972AF5A7B93802571E60052A06B/$File/conf20064.html).
- MERTON, R. (1992), *Teoría e estructuras sociales*, México, Fondo de Cultura Económica.
- MOLINER, P. (1996), *Images et représentations sociales*, Grenoble, Presses Universitaires de Grenoble.
- MOLLOY, D.; KNIGHT T.; WOODFIELD, K. (2003), *Diversity in Disability: Exploring the interactions between disability, ethnicity, age, gender and sexuality – Research Report, n° 188*, Leeds, Department for Work and Pensions.
- MORVAN, J.-S. (1987), "Représentations – Attitudes des situations de handicaps et d'inadaptations – Linéaments d'une recherche", in *Cahiers du CTNERHI*, 38, pp. 59-69.
- MOSCOSO, M. (2010), "Tirar la piedra y esconder la mano: el lenguaje de lo políticamente correcto en la discapacidad", in *Intertiscios, Revista Sociológica de Pensamento Crítico*, 4 (2), pp. 271-276.
- MOSCOVICI S. (1976), *La Psychanalyse. Son Image et Son Public*, Paris, PUF.

- (1989), “Des représentations collectives aux représentations sociales: éléments pour une histoire”, in D. Jodelet (Org.), *Représentations Sociales*, Paris, PUF, pp. 62-86.
- NOWICKI, E. A. (2006), “A cross-sectional multivariate analysis of children’s attitudes towards disability”, in *Journal of Intellectual Disability Research*, 50, pp. 335-348.
- OLKIN, R.; HOWSON, L. J. (1994), “Attitudes toward and images of physical disability”, in *Journal of Social Behavior and Personality*, 9 (5), pp. 81-96.
- PALMER, G. A.; REDINIUS, P. L.; TERVO, R. C. (2000), “An Examination of Attitudes Toward Disabilities Among College Students: Rural and Urban Differences”, in *Journal of Rural Community Psychology*, E3(1), [Consultado em Fevereiro de 2010]. Disponível em: www.marshall.edu/jrcp/.
- PUIG DE LA BELLACASA, R. (1987), “Concepciones, paradigmas y evolución de las mentalidades sobre la discapacidad”, in Demétrio Casado *et al.*, *Discapacidad e Información. Documentos 14/87*, Madrid, Real Patronato de Prevención y de Atención a Personas con Minusvalía, pp. 63-96.
- ROBLEDO, J. M.; YOUNIS, J. A. (1994), “El papel de los medios de comunicación en los Procesos de la construcción de la realidad y sus implicaciones en la intervención social”, ponencia presentada en las *IV Jornadas de Intervención Social*, Madrid, 28, 29 e 30 de noviembre de 1994.
- ROSENTHAL, D. A.; CHAN, F.; LIVNEH, H. (2006), “Rehabilitation students’ attitudes toward persons with disabilities in high and low-stakes social contexts: A conjoint analysis”, in *Disability and Rehabilitation*, 28 (24), pp. 1517-1527.
- ROYAL, G. P.; ROBERTS, M. C. (1987), “Students’ perceptions of and attitudes toward disabilities: A comparison of twenty conditions”, in *Journal of Clinical Child Psychology*, 16, pp. 122-132.
- SÁ, C. P. (1996), “Teoria e Pesquisa do Núcleo Central”, in *Temas em Psicologia*, 3, pp. 19-33.
- SHAPIRO, A. H. (2000), *Everybody Belongs*, London, Routledge.
- SHAPIRO, J. P. (1994), *No Pity*, New York, Three Rivers.
- STOLER, R. D. (1992), “Perceptions of regular education teachers toward inclusion of all handicapped students in their classrooms”, in *Clearing House*, 66 (1), pp. 60-62.
- VEIGA, C. (2006), *As Regras e as Práticas: factores organizacionais e transformações na política de reabilitação profissional das pessoas com deficiência*, Lisboa, SNRIPD.
- WESTBROOK, M. T.; LEGGE, V.; PENNAY, M. (1993), “Attitudes toward disabilities in a multicultural society”, in *Social Science and Medicine*, 36, pp. 615-623.
- WHITE, M. J.; JACKSON, V.; GORDON, P. J. (2006), “Implicit and Explicit Attitudes toward Athletes with Disabilities”, in *Journal of Rehabilitation*, 3, pp. 33-40.